

ANÁLISE DE PLANOS DE AÇÃO DO PDE-ESCOLA: O QUE AS ESCOLAS PÚBLICAS QUEREM?

*An analysis of PDE-School's action plans:
what do public schools want?*

SERGIO RICARDO EVANGELISTA

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

E-mail: tertoevangelista@uol.com.br

RESUMO Este artigo tem como objetivo analisar os planos de ação elaborados por escolas públicas da região metropolitana de Campinas, entre 2010 e 2011, como parte do desenvolvimento de uma metodologia de planejamento estratégico implantada pelo Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-escola). Contextualiza-se, de forma breve, a conjuntura educacional brasileira posterior aos anos 1990, que culmina com a proposição de um novo modelo de gestão denominado gerencial. A discussão proposta analisa aspectos de trinta planos de ação validados pelo Ministério da Educação quanto às prioridades estabelecidas, com vistas à melhoria da qualidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: GESTÃO DEMOCRÁTICA. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PDE-ESCOLA. REGIME DE COLABORAÇÃO.

ABSTRACT This article aims at analyzing the action plans prepared by public schools in the metropolitan area of Campinas, between years 2010 and 2011, as part of the development of a strategic planning methodology implemented by the School Development Plan (PDE-escola). It is a brief contextualization of the Brazilian educational scenario after 1990 that culminated with the proposition of a new management model. The proposed discussion examines some aspects of the established priorities of thirty action plans validated by the Ministry of Education whose objective was to improve the quality of education.

KEYWORDS: DEMOCRATIC MANAGEMENT. PLAN FOR THE DEVELOPMENT OF EDUCATION. PDE-ESCOLA. COLLABORATION SYSTEM.

RESUMEN Este artículo tiene como objetivo analizar los planes de acción elaborados por las escuelas públicas de la región metropolitana de Campinas, entre 2010 y 2011, como parte del desarrollo de una metodología de planificación estratégica implementada por el Plan de Desarrollo Escolar (PDE-Escuela). Se contextualiza brevemente la coyuntura educativa brasileña posterior a la década de 1990, que culminó con la propuesta de un nuevo modelo de gestión llamado gerencial. El debate propuesto examina aspectos de treinta planes de acción validados por el Ministerio de Educación con respecto a las prioridades establecidas, con el objetivo de mejorar la calidad de la enseñanza.

PALABRAS CLAVE: GESTIÓN DEMOCRÁTICA. PLAN DE DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN. PDE-ESCUELA. SISTEMA DE COLABORACIÓN

O PDE-ESCOLA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado pelo governo federal em 24 de abril de 2007, por meio do Decreto n. 6094 (BRASIL, 2007), é um amplo conjunto de programas e ações na área educacional. Sustenta, como um de seus pilares, uma visão sistêmica de educação inserida em regime de colaboração entre União, estados e municípios.

Este decreto surge em um período em que as políticas públicas em educação desenvolvidas no Brasil, sobretudo a partir das garantias promulgadas pela Constituição de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), destacam a importância do direito de todos os cidadãos em idade escolar, jovens ou adultos, a um ensino de qualidade, com garantia de acesso e permanência na escola. Lima destaca, porém, que

é dentro deste modelo (de crise) que o início dos anos 1990, no Brasil, irá abraçar o já tão discutido plano econômico neoliberal, o qual vai traduzir nas políticas educacionais um modelo de qualidade quantitativa, determinada no plano da eficiência e eficácia por via das reformas que reestruturam a educação e seus preceitos de financiamento e gestão. (2012, p. 1231).

Este ideário neoliberal é apontado por Harvey (2005, p. 75) como defensor do livre mercado, livre comércio, direito à propriedade privada, privatização, competição, eficiência e produtividade, redução de custos, competição internacional, desregulação, flexibilidade etc. São pressupostos que, no período, passam não apenas a ditar a reforma do Estado, mas a caracterizar, em uma transposição quase automática, as políticas educacionais, objetivando transformar a gestão dos sistemas educacionais e escolas, tornando-as mais eficientes e eficazes, configurando-se em uma “nova gestão pública ou administração gerencial” (GARCIA; ADRIÃO; BORGHI, 2009, p. 9).

Nas últimas décadas, e mais recentemente, desenvolve-se um novo paradigma, na mesma direção liberal, de governança pública, referindo-se a

uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que tem como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando à solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. (LÖFFER, 2001, p. 212 apud KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 3).

Intensifica-se e desenvolve-se o terceiro setor, as parcerias público-privadas, processos de terceirização, que começam a estar no cerne das políticas educacionais.

Insera-se o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), portanto, no contexto em que se dá a proposição do processo de reforma do Estado, especificamente no que se refere à modernização das administrações públicas, atendendo aos programas de ajustamento estrutural propostos pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento. Além disso,

novamente, Harvey (2005, p. 82) destaca que o investimento do Estado na educação é considerado um pré-requisito crucial para obter vantagem competitiva no comércio mundial.

Incorporado como ação do PDE, entre outras 41, o PDE-escola, mais “antigo”, esteve, de 1998 a 2007, direcionado para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com financiamentos do Banco Mundial, tendo se expandido para todo o País recentemente, dentro de uma lógica (neoliberal) de focalização das políticas sociais em uma perspectiva instrumental de qualificação da força de trabalho, uma vez que, na escola, propõe desenvolver-se a partir do modelo de planejamento estratégico, que se apoia na racionalização e na eficiência administrativa, visando à modernização da gestão. Gestão entendida como gerencial, associada à reforma do Estado, que incorpora a “profissionalização da alta burocracia, conceitos de transparência e responsabilização, descentralização, desconcentração organizacional com controle de resultados” (GARCIA; ADRIÃO; BORGHI, 2009, p. 9).

O PDE-escola, inserido neste cenário, tem, como público-alvo, as escolas municipais e estaduais, classificando-as em tipos: **A**, com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2005 igual ou menor que 2,7 nos anos iniciais e 2,8 nos anos finais; **B**, com Ideb de 2007 igual ou inferior a 3,0 nos anos iniciais e 2,8 nos anos finais, e; **C**, com Ideb abaixo da média nacional, ou seja, menor ou igual a 4,2 nos anos iniciais e 3,8 nos anos finais. Em 2010, o programa priorizou 22.002 escolas no Brasil, sendo 2.014 no estado de São Paulo (4 tipo A, 96 tipo B e 1.914 tipo C), totalizando a possibilidade de atendimento a 1,4 milhão de alunos e 1.323 escolas da rede estadual.

Segue, portanto, uma tendência de “oferecer maior poder de decisão e capacidade de gestão de recursos, a fim de tornar as escolas organizações responsáveis e de aumentar a sua produtividade e eficácia” (BARROSO, 2003, p. 34).

O aporte de recursos, contraditoriamente, aparece nos manuais de elaboração dos planos de ação aos quais as unidades escolares necessariamente têm acesso, já vinculando as prioridades da destinação destes a programas específicos, como Acessibilidade e Programa Nacional de Tecnologia Informacional Proinfo, além de contemplar critérios para ações de formação de profissionais da educação. Ou seja, restringindo o poder de participação da comunidade.

Os planos de ação elaborados pelas unidades escolares, como etapa obrigatória do PDE-escola, incorporam a visão de gestão educacional que propõe a superação de um modelo burocrático para um gerencial, baseado em resultados, metas, qualidade do ensino, competências e habilidades, avaliação contínua da aprendizagem, meritocracia, entre outras propostas.

Nesta perspectiva, o processo educativo, de forma geral, torna-se refém de uma visão economicista e instrumental que objetiva estipular, novamente, diretrizes para que os países em desenvolvimento cresçam economicamente, reduzam taxas de pobreza e tenham a estabilidade política necessária para garantir a continuidade do capitalismo globalizado.

ANÁLISE DE PLANOS DE AÇÃO: O QUE AS ESCOLAS PÚBLICAS QUEREM?

A análise dos planos de ação foi realizada diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (Simec), um portal operacional e de gestão do Ministério da Educação (MEC) que trata do orçamento e monitoramento das propostas *online* do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos planos de ação articulados em suas cidades. Foram analisados os planos de ação validados pelo MEC nos períodos de 2010 e 2011.

Tem-se como premissa teórico-metodológica para a análise dos planos a teoria crítica, abordagem científica em educação para a qual “o conhecimento está fundamentalmente influenciado por relações de poder que são de natureza social e estão historicamente constituídas” (KINCHELOE; MACLAREN, 1994 apud SANDÍN ESTEBAN, 2010, p. 69). Isso significou, para o estudo, que se procurou inserir o PDE- escola no contexto mais amplo das políticas públicas em educação, observando que as “falas” apresentadas na formulação dos planos de ação pelas escolas necessariamente contêm concepções “próprias” do processo educativo, intrínsecas a quem o executa, dentro das especificidades e complexidades de cada unidade escolar.

Nesse sentido, segundo o MEC, na elaboração do plano de ação do PDE-escola

a comunidade escolar é diretamente envolvida em um plano de auto-avaliação que diagnostica os pontos frágeis da escola, e, com base nesse diagnóstico, traça um plano estratégico orientado em quatro dimensões: gestão, relação com a comunidade, projeto pedagógico e infra-estrutura. (Brasil, 2007).

A metodologia para formulação destes planos implica o planejamento da gestão escolar com foco na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com os seguintes objetivos específicos: fortalecer o projeto político-pedagógico; integrar a gestão administrativo-financeira à área pedagógica; garantir a efetividade das ações e a autonomia das escolas; promover a unidade no gerenciamento da rede de ensino público; promover a descentralização dos processos de gestão e promover a participação da comunidade no esforço de melhoria do desempenho dos alunos.

No que se refere às etapas de execução, cada plano de ação compreende o detalhamento de metas em ações, assinalando-se, para cada ação, o período de realização, o responsável, o resultado esperado, o indicador para medir o resultado da ação, uma estimativa de seu custo (corrente ou capital) e quem financia a ação.

Portanto, o contexto é o de uma compreensão baseada na cultura organizacional na escola,

importante para viabilizar seu conhecimento, numa perspectiva mais humana, integrada e coletiva, que desvela as tramas, as relações, as correlações de força, os interesses, as especificidades que, identificando e peculiarizando a escola, podem contribuir para seu melhor conhecimento, e, conseqüentemente, para a

obtenção de uma gestão mais coletiva, transparente e democrática da instituição. (OLIVEIRA, 2009, p.70)

A análise dos respectivos planos de ação das unidades escolares pertencentes à região metropolitana de Campinas (RMC) permite aferir, no entanto, que, uma vez que o PDE dá-se em âmbito federal, o estabelecimento de parceria com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE) para execução do PDE-escola faz com que, na elaboração destes planos, apareçam demandas regionais que reproduzem necessidades antes do currículo oficial das comunidades do entorno, não necessariamente ouvidas durante a elaboração destes, o que deveria constituir-se em premissa da gestão democrática propugnada.

Na RMC foram analisados os planos de ação validados pelo MEC entre os anos 2010 e 2011, totalizando trinta unidades escolares que obtiveram aprovação após sujeitarem os referidos documentos ao comitê estadual do PDE-escola, jurisdicionado à SEE, sendo, posteriormente, enviados ao Ministério para análise final e destinação dos recursos diretamente às escolas, via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Segundo Krawczyk,

a liberação desses recursos é condicionada à elaboração, pela comunidade escolar, de um diagnóstico das dificuldades e de um plano de gestão com ações e metas capazes de mudar os baixos indicadores educacionais, com prazos para alcançá-las e com a previsão dos recursos necessários. O MEC disponibiliza apoio técnico para as equipes escolares que tenham dificuldade de elaborar seu plano. Os recursos são transferidos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE –, que prevê assistência financeira às escolas públicas, em caráter suplementar, para a cobertura de despesas de custeio, de manutenção e para pequenos investimentos. (2008, p. 6).

Todos os planos de ação, necessariamente, incluem objetivos estratégicos, um líder para a coordenação destes objetivos, estratégias, metas, indicadores de metas, um gerente de plano de ação, período de realização e revisão, além de data para término. Foram analisados os planos de ação de unidades escolares dos municípios paulistas de Americana (1), Artur Nogueira (1), Campinas (22), Hortolândia (1), Indaiatuba (1), Monte Mor (1), Sumaré (2) e Vinhedo (1).

Na análise dos planos disponibilizados no Simec, verificou-se que, não apenas alguns objetivos estratégicos são os mesmos para diferentes unidades, sobretudo quando do mesmo município, como são variáveis que se repetem muitas vezes. Tal situação já indica que houve um direcionamento das ações propostas, uma vez que existem agentes externos (supervisor de ensino responsável pelo PDE-escola, por exemplo) às escolas auxiliando na dinâmica de elaboração dos planos de ação. Entre as formulações que mais aparecem nos planos de ação, formuladas pelos comitês, citam-se: melhorar o desempenho dos alunos, diminuir os índices de retenção e evasão, integrar escola e comunidade (participação dos pais na gestão da escola, protagonismo juvenil e envolvimento da comunidade escolar), dinamizar o processo de gestão da escola, aprimorar o processo de formação do professor em

serviço, melhorar as práticas pedagógicas da escola, utilizar a leitura e a escrita de modo competente (Sala de Leitura, Projeto Ler e Escrever), melhorar o desempenho de alunos em disciplinas críticas, como Matemática e Língua Portuguesa, uso da sala de vídeo.

Não se quer, desse modo, imputar às unidades escolares um repensar das ações propostas, responsabilizando-as pela visão limitada do processo educativo. O que se verifica é que ações deste tipo, surgidas do campo externo às unidades de ensino (como o PDE-escola), não permitem o desenvolvimento de uma cultura escolar própria, baseada na vivência específica de cada unidade, o que restringe a conquista de autonomia.

Para cada objetivo estratégico há uma ou mais estratégias relacionadas como necessárias para execução e cumprimento das metas propostas. Para o objetivo estratégico “melhorar o desempenho dos alunos” foram elencadas as seguintes estratégias: implantar a proposta pedagógica utilizando a avaliação como processo, atuar com mais empenho nas disciplinas e séries críticas, articular currículo com a prática efetiva em sala de aula, concentrar esforços para incrementar a prática docente, aumentar em 30% a taxa de aprovação dos alunos dos anos finais do ciclo II do ensino fundamental, implantar projetos interdisciplinares, práticas de leitura e escrita, revitalizar laboratório de Ciências da Natureza, melhorar as condições dos ambientes pedagógicos, diversificar as práticas pedagógicas, criando estímulos e situações motivadoras de aprendizagem, implementar a proposta pedagógica da escola, melhorar a qualidade das reuniões programadas com os pais, concentrar esforços na alfabetização do 1º ao 5º anos, capacitar o corpo docente por meio dos Horários de Trabalho Pedagógicos Coletivo (HTPC), explorar de forma lúdica o raciocínio, adequar a prática pedagógica docente ao currículo oficial da SEE, conscientizar a família.

Desse modo, observa-se que, para apenas um objetivo, foram relacionadas diferentes estratégias. Levando-se em conta que os planos foram realizados por escolas distintas, seria possível entender que a diversidade e especificidade de diferentes realidades podem fazer com que os caminhos apontados sejam também diversos. Está claro, porém, que tanto as estratégias como os objetivos apresentados pensam a escola a partir de um enfoque pontual. Falta-lhes um referencial teórico mais elaborado, que permita o repensar de suas práticas cotidianas, com base, por exemplo, no desenvolvimento da reflexão-ação-reflexão como metodologia de pesquisa. A pesquisa-ação poderia contribuir fornecendo elementos para a contextualização das ações planejadas.

A melhoria do desempenho dos alunos não é pensada como resultado/resultante de políticas públicas em educação, de forma ampla. Pretende-se resolver problemas focais por meio de indicadores que não oferecem parâmetros consistentes de macropolíticas, mas, sim, o dia a dia da unidade escolar. A detalhada construção diagnóstica da escola, anterior à elaboração final dos planos de ação, não dá suporte a uma proposta de ação baseada em uma concepção do processo educacional. Ajusta-se ao modelo estabelecido e proposto pelo próprio PDE-escola. Propõe soluções genéricas para “problemas” escolares já constatados. Além disso, os planos de ação, pelo formato que possuem, não permitem que sejam apresentadas etapas nas quais as estratégias de ordem complexa serão desenvolvidas.

Do mesmo modo, para o objetivo “diminuição dos índices de retenção e evasão” são definidas em plano de ação as seguintes estratégias: planejar aulas com estratégias diferenciadas conforme o currículo oficial, proximidade dos alunos, recuperação contínua, criar condições para um trabalho diferenciado e motivador no ano final do ciclo II do ensino fundamental e ensino médio, tornar a escola mais atrativa. Não são discriminadas quais são estas estratégias diferenciadas, quais as condições ideais esperadas. Embora os planos de ação contemplem início, revisão e término, além da possibilidade de acompanhamento do histórico das ações realizadas, as estratégias são suficientemente genéricas para que não se configure uma situação de planejamento estratégico, pois permitem uma amplitude de metas a serem atingidas. Há uma descrição das metas a serem atingidas, mas estas têm um caráter ainda mais detalhista de ações. Como exemplo cita-se o caso da escola X que, para o objetivo “melhorar o desempenho” dos alunos, propõe, em um dos itens de descrição, revitalizar a sala de leitura com a aquisição de armários ou, ainda, melhorar o ambiente da sala de leitura pela aquisição de dois tapetes de EVA e confecção de quatro cortinas.

O PDE-escola, que, segundo Saviani (2009, p. 9), “é uma ação que se propõe a fortalecer a autonomia de gestão das escolas, envolvendo apoio técnico e financeiro às instituições de ensino para que elaborem seus próprios planos de gestão”, na verdade apresenta às unidades escolares uma metodologia de trabalho preestabelecida, restringindo o campo de ação verdadeiramente autônomo de cada instituição, que acaba por refletir, então, a política educacional vigente. Não se vislumbra a transformação da escola ou do processo educativo, entendido como processo social de construção de sujeitos históricos. Na concepção de Paro (2010, p. 99), para dar um exemplo, “educação é o processo pelo qual nós nos tornamos humano-históricos, pela apropriação da cultura”.

Na formulação de objetivos estratégicos, uma das questões mais pertinentes que aparecem como desejo de algumas unidades escolares e remetem diretamente às diretrizes do PDE-escola, diz respeito à necessidade de integração escola-comunidade. Aqui, mais uma vez, as estratégias elaboradas para atingir tal meta demonstram capacidade incipiente de planejamento, com variáveis pouco complexas para dar conta do real, e ausência de processos explicativos de como colocar em prática as estratégias elencadas: disponibilizar o espaço escolar nos fins de semana à comunidade local, convidar por escrito todos os pais de alunos para “apreciar” todos os projetos e atividades dos alunos, colaborar em trabalhos voluntários, preservar o patrimônio, semana da criança, promover festa junina, campeonato de futsal, eleição de rainha, desenvolver campanha “Natal Sem Fome”. As ações previstas, além de já existirem na maior parte dessas escolas, deixam transparecer que o tempo de formação, via orientações técnicas dos comitês estratégicos das escolas (equipe gestora que coordena as ações do PDE-escola, na unidade), é insuficiente, além de exporem a ausência de um processo de reflexão-ação-reflexão mais aprofundado que permita às unidades (re) escrever seus projetos político-pedagógicos a partir de diálogos contínuos com a comunidade, amadurecendo, no médio e longo prazos, formas de planejar mais democráticas, fortalecendo os órgãos colegiados e ampliando a participação.

Na escola que chamaremos de Y, estabeleceu-se como objetivo estratégico dinamizar o processo de gestão escolar por meio da estratégia de agilizar ações para gestão de processos e organização da rotina escolar. É interessante observar a meta pretendida para tanto: contratar um especialista para realizar uma capacitação global em gestão e rotina escolar, melhorando as relações interpessoais atreladas à rotina administrativa. Não há explicação ou descrição de qual conceito de gestão seria incorporado.

Quanto ao processo de formação do professor em serviço, repetem-se opções genéricas que não delimitam com consistência os métodos empregados para a condução satisfatória das estratégias definidas. Diversificar as metodologias pedagógicas em sala de aula, sistematizar os estudos coletivos para que ocorra articulação do conhecimento pedagógico com a prática docente e a proposta pedagógica da escola, adotar estratégias diferenciadas, inovadoras e criativas, realizar oficinas com os professores utilizando recursos didático-pedagógicos são propostas que, uma vez mais, não especificam como ocorrerá o processo e nem explicam quais são as metodologias empregadas, de que recursos didáticos pedagógicos se está falando, como se dará a articulação entre teoria e prática, quais são as atividades diferenciadas, inovadoras e criativas referidas.

Os objetivos estratégicos elencados para melhoria das práticas pedagógicas das escolas, de maneira semelhante, apresentam estratégias que vão desde a reorganização do mobiliário escolar até a promoção de encontros pedagógicos e culturais para troca de experiências e estudos de novas metodologias de aprendizagem utilizando recursos tecnológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos de ação analisados demonstram que parece não haver uma compreensão sistêmica do processo educacional em sua complexidade, restringindo-se a questões pontuais do cotidiano escolar. O modelo de planejamento estratégico proposto pelo PDE-escola limita a capacidade de as equipes gestoras e da comunidade escolar realizarem a contextualização necessária, tanto do processo educacional quanto das práticas cotidianas intrínsecas a este, uma vez que sua inserção “pontual” no sistema restringe a capacidade de ampliação do debate, a autonomia escolar e a proposição de soluções inovadoras. Trata-se de um modelo baseado na responsabilização e controle dessas equipes que necessariamente têm que contemplar os pressupostos estabelecidos diretamente pelo MEC para a elaboração dos planos de ação. As premissas que regem sua elaboração, baseadas na perspectiva de uma gestão democrática, deveriam constituir-se em momento adequado para colocar em debate conceitos de gestão e seu aprimoramento.

Percebe-se, assim, que os próprios planos incorporam as diretrizes das políticas públicas estaduais/federais a que estão submetidos, o que os caracteriza, não como inovadores, mas subservientes ao preestabelecido nas redes de ensino pelos órgãos centrais. A escola e os educadores transformam-se em “reféns” de metodologias de planejamento inseridas “de fora” da realidade específica que vivenciam, adequando-se ao estabelecido nos modelos de desempenho. Nesse caso, as análises demonstraram que os planos de ação elaborados apenas “reproduzem” o solicitado, com pouco campo para a experimentação e pesquisa.

Assim, a autonomia da equipe gestora das unidades escolares está restrita a um portfólio de bens de custeio e capital que delimita como os recursos podem ser utilizados, delineando, por si, as tomadas de decisão, visando à mudança dos padrões de gestão escolar.

Nesse sentido, torna-se necessário que o PDE, por meio do PDE-escola, neste caso específico estudado, reveja seus pressupostos de trabalho, ainda que tenha criado uma nova plataforma de interação, denominada PDE Interativo, em que se pretende estabelecer novas diretrizes que minimizem as dificuldades das unidades na elaboração dos planos de trabalho. Assim, poderão tornar-se mais condizentes com as reais necessidades das escolas, para que obtenham aprovação e liberação dos recursos sem tamanhos trâmites burocráticos, efetivamente transformando a gestão da escola, ainda pouco democrática.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: BARROSO, J. (Org.). **A escola pública: regulação, desregulação, privatização**. Porto: ASA, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23/12/96. Disponível em www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1996/9394.htm. Acesso em 25.06.2014.

BRASIL. Decreto n. 6094/07 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em 25.jul.2014.

GARCIA, T; ADRIÃO, T; BORGHI, R. A nova gestão pública e o contexto educacional brasileiro. In: MARTINS, A. (Org.). **Instituições educacionais, políticas, gestão e práticas profissionais**. Santos: Universitária Leopoldina, 2009.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, jun. 2006.

KRAWCZYK, N. R. O PDE: novo modelo de regulação estatal? **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, set.-dez. 2008.

LIMA, A. B. de. PDE:consensos entre público e privado. Encontro Estadual da ANPAE-SP (12.: 2012: Campinas, SP). Caderno de resumos do.../XII Encontro Estadual da ANPAE; VIII Encontro Regional da ANPAE Sudeste: 17 a 19 de maio de 2012; organizadores: Ângela Maria Martins...[et AL.]. Campinas, SP:UNICAMP/FE, 2012.

OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANDÍN ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SAVIANI, D. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 99).

DADOS DO AUTOR

SERGIO RICARDO EVANGELISTA
Mestrando em Educação pela Universidade
Estadual de Campinas – UNICAMP.
E-mail: tertoevangelista@uol.com.br

Submetido em: 27/11/2012

Aceito em: 14/02/2014